



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ  
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS  
2ª CÂMARA

RESOLUÇÃO Nº 428 /2011

SESSÃO DE 15.09.2011

PROCESSO DE RECURSO Nº: 1/002485/2008

AUTO DE INFRAÇÃO: 1/2008.06373-9

AUTUANTE: ANTÔNIO RUBENS TEXEIRA MAT. 098.644-15

RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RECORRIDO: DISTAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA

RELATORA: CONSELHEIRA SILVANA CARVALHO LIMA PETELINKAR

**EMENTA: ICMS. OMISSÃO DE SAÍDAS .** Verificada através do Sistema de Levantamento de Estoque (SLE). AUTUAÇÃO NULA, em razão do impedimento do Orientador da Célula para determinar o reinício da ação fiscal. Amparo legal. Art. 32 da Lei nº 12.732/97 e IN 06/2005. Recurso Oficial conhecido e provido. Confirmada , por maioria de votos, a decisão de NULIDADE proferida em 1ª Instância, nos termos do voto da relatora e de acordo com a manifestação da Procuradoria Geral do Estado.

## RELATÓRIO

A peça inicial descreve a seguinte acusação: " Falta de emissão de documento fiscal, em operação ou prestação acobertada por nota fiscal modelo 1 ou 1-A e/ou série "D" e cupom fiscal. A empresa acima qualificada, deixou de emitir notas fiscais de saídas (omissão de saída) no período de Janeiro a Dezembro/2005, comprovados através de levantamento de estoque, conforme relatórios do sistema SLE e informação complementar em anexo."

Dispositivos infringidos: Art. 127, 169, 174 e 177 todos do Decreto 24.569/97. Penalidade: Art. 123, III, "b" da Lei 12.670/96 alterada pela Lei 13.418/2003.

Crédito Tributário: ICMS R\$ 10.855,36 MULTA R\$ 19.156,52.

Nas informações complementares às fls.03 descreve o procedimento da ação fiscal, os dispositivos infringidos e demonstra o crédito tributário.

Instruem os autos: Informações Complementares (fls.02), Ordem de Serviço n.2008.01299 (fls.05), Termo de Início de Fiscalização (fls.06), Ordem de Serviço n. 2008.12226 (fls.07), Termo de Início de Fiscalização (fls.08), Termo de Conclusão (fls.09), Recibo de Devolução de Livros e Documentos Fiscais, Termo de Juntada, Aviso de Recebimento (fls.55).

Impugnação tempestiva, conforme fls. 62 a 65 dos autos.

O processo foi julgado nulo em 1ª Instância, conforme decisão de fls. 83 a 86 dos autos, recorrendo de Ofício ao ègregio Conselho de Recursos Tributários.

Por meio do Parecer nº. 321/2011 (fls.93 a 95), a Consultoria Tributária opinou no sentido de confirmar a decisão de nulidade proferida em 1ª Instância, em conformidade com entendimento do douto representante da Procuradoria Geral do Estado lançado às fls. 96 dos autos.

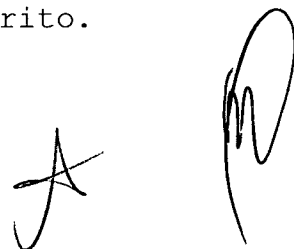
É o relatório.

#### **VOTO DA RELATORA**

Trata-se de Auto de Infração lavra "Falta de emissão de documento fiscal, em operação ou prestação acobertada por nota fiscal modelo 1 ou 1-A e/ou série "D" e cupom fiscal. A empresa acima qualificada, deixou de emitir notas fiscais de saídas (omissão de saída) no período de Janeiro a Dezembro/2005, comprovados através de levantamento de estoque, conforme relatórios do sistema SLE e informação complementar em anexo.

As regras jurídicas estabelecidas pelo Estado, tem como objetivo de normatizar as relações que se estabelecem em decorrência do vínculo jurídico tributário, com a finalidade específica de disciplinar a arrecadação e a fiscalização de tributos.

Contudo, em face da alegação de preliminar de nulidade, há que se abstrair do mérito da acusação e abordar tão somente a presença da referida preliminar que é prejudicial ao mérito.



Pois bem. Compulsando-se os autos do processo verifica-se que constam duas ordens de serviços, a saber:

**1) ORDEM DE SERVIÇO Nº 2008.01299**

DESIGNA O AUDITOR FISCAL ANTÔNIO RUBENS TEXEIRA (Mat.098.64415) PARA EXECUTAR AUDITORIA FISCAL RELATIVAMENTE AO PERÍODO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 EXPEDIDA PELO ORIENTADOR DA CÉLULA MARCUS AURÉLIO BINDÁ DE QUIEROZ EM 21 DE JANEIRO DE 2008..

**2) ORDEM DE SERVIÇO Nº 2008.12226**

DESIGNA O AUDITOR FISCAL ANTÔNIO RUBENS TEXEIRA (Mat.098.64415) PARA EXECUTAR AUDITORIA FISCAL RELATIVAMENTE AO PERÍODO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 EXPEDIDA PELO ORIENTADOR MARCUS AURÉLIO BINDÁ DE QUIEROZ EM 28 DE ABRIL DE 2008..

A competência para designar a ação fiscal está disposta no Art. 821, § 5º do Decreto 24.569/97, in verbis:

*Art. 821. Omissis*

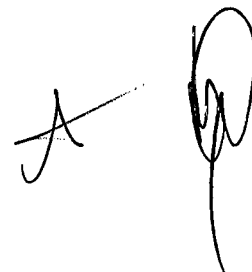
**§ 5º Consideram-se autoridades competentes para designarem servidor fazendário para promover ação fiscal**

*I - O Secretário da Fazenda, um dos Coordenadores da Coordenadoria de Administração Tributária - CATRI, os Coordenadores da Coordenadoria Regional de Fortaleza - COREF e Coordenadoria Regional do Interior - COREI, e o Orientador da Célula de Execução e Administração Tributária - CEXAT e o Supervisor de Auditoria Fiscal.*

A Instrução Normativa 06/2005, por sua vez, disciplinou os procedimentos relativamente à ação fiscal, dispondo, inclusive, sobre o caso de reinício da ação fiscal, a saber:

*Art. 1º O agente do Fisco terá os prazos a seguir indicados para a realização da ação fiscal, contados da ciência ao sujeito passivo:*

**§ 2º Esgotado o prazo previsto no inciso II do art. 1º, sem que o sujeito passivo seja cientificado da conclusão dos trabalhos, a ação fiscal poderá ser reiniciada, mediante solicitação circunstanciada do**



**agente fiscal, aprovada pelo Orientador da Célula de Execução, por designação de um dos coordenadores da Catri, podendo, neste caso, a autoridade designante incluir outro agente ou substituir o originariamente designado.**

Segundo a norma acima reproduzida, a competência para determinar o reinício da ação fiscal é exclusiva dos Coordenadores da CATRI, cabendo ao Orientador da Célula de Execução somente analisar e aprovar os motivos apresentados pelo agente fiscal relativamente à impossibilidade de encerramento dos trabalhos de fiscalização no prazo originalmente determinado.


Considerando que as preliminares argüidas são as mesmas manifestadas no **Processo n. 1/3706/2007 relatado pelo Conselheiro Francisco José de Oliveira Silva**, lanço mão de seu voto, nos termos abaixo expostos:

No presente caso, a ação fiscal foi reiniciada por ato do Orientador de Célula. Ressalta-se que referido servidor detém competência para determinar o início da ação fiscal, conforme determina o §5º do art. 821 do Decreto Nº 24.569/97, contudo, não possui competência para determinar o seu reinício, uma vez que tal atribuição foi conferida apenas aos Coordenadores da CATRI pela Instrução Normativa acima referida.

Dessa forma, há que se declarar a nulidade da autuação, por restar caracterizada nos termos do Art. 32 da Lei nº 12.732/97, regulamentada pelo Decreto nº 25.468/99.

Isto posto, **VOTO** pelo conhecimento do recurso voluntário, dar-lhe provimento, para em grau de preliminar declarar a NULIDADE da autuação nos termos deste voto e em conformidade com manifestação do Procurador do Estado.

É como voto.



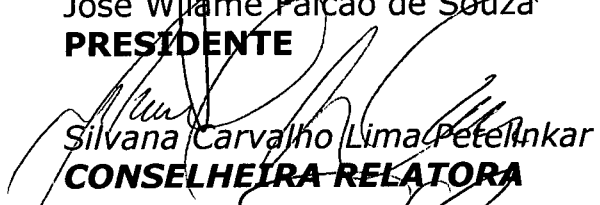
## DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA** e recorrido **DISCAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA**

A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Voluntário e, por maioria de votos, negar-lhe provimento para confirmar a decisão declaratória de **nulidade** do feito fiscal proferida em 1ª Instância por impedimento do agente autuante em razão da incompetência da autoridade designante da ação fiscal, sob o argumento de que a Ordem de Serviço que autorizou a continuidade da ação fiscal não foi aprovada pelo Orientador da Célula de Execução, nem houve a designação por algum dos Coordenadores da CATRI, ferindo o disposto no art. 1º, § 2º, da Instrução Normativa 06/2005, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Foi voto vencido o Conselheiro Manoel Marcelo Augusto Marques Neto que afastou a referida preliminar sob o entendimento de que as Ordens de Serviço relativas à ação fiscal em questão foram emitidas e assinadas por autoridades com plena competência legal, nos termos do art. 821 do Decreto nº 24.569/97.

**SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 18 de Outubro de 2011.**

  
José Wilame Falção de Souza  
**PRESIDENTE**

  
Silvana Carvalho Lima Petelinkar  
**CONSELHEIRA RELATORA**

  
Manoel Marcelo Augusto Marques Neto  
**CONSELHEIRO**

  
Alexandre Mendes de Sousa  
**CONSELHEIRO**

  
Francisco Wellington Avila Pereira  
**CONSELHEIRO**

  
Ubiratan Ferreira de Andrade  
**PROCURADOR DO ESTADO**

  
Sandra Arraes Rocha  
**CONSELHEIRA**

  
Samuel Aragão Silva  
**CONSELHEIRO**

  
Antônio Luiz de Nascimento Neto  
**CONSELHEIRO**

  
Sebastião Almeida Araújo  
**CONSELHEIRO**